Governo viola Lei de Bases da Saúde

31 Março, 2022



A Portaria nº 134-A/2022 de 30 de março que aprova o Regulamento de Apoios Financeiros para a concretização dos Investimentos na Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados, na Rede de Cuidados Paliativos e na Rede de Saúde Mental é exemplo da violação referida.

Esta Portaria prevê a atribuição de apoios financeiros para aumentar a capacidade daquelas redes, **mas apenas para os setores privado e social** – afastando totalmente a possibilidade de as instituições do SNS poderem concorrer aos mesmos apoios.

Esta posição do governo viola em toda a sua extensão a Base 6 da Lei de Bases da Saúde.

A Base 6 – *Responsabilidade do Estado* – determina: "A responsabilidade do Estado pela realização do direito à proteção da saúde efetiva-se primeiramente através do SNS e de outros serviços públicos, podendo, de forma supletiva e temporária, ser celebrados acordos com entidades privadas e do setor social, bem como com profissionais em regime de trabalho independente, em caso de necessidade fundamentada."

Ainda, e quando o governo tanto propagandeou a necessidade de internalizar serviços, tal como a Base 25 consagra, é inadmissível a posição agora materializada na Portaria.

A Base 25 – *Contratos para a prestação de cuidados de saúde* – tendo em vista a prestação de cuidados e serviços de saúde a beneficiários do SNS, e quando o SNS não tiver, comprovadamente, capacidade para a

prestação de cuidados em tempo útil, podem ser celebrados contratos com entidades do setor privado, do setor social e profissionais em regime de trabalho independente, condicionados à avaliação da sua necessidade.

Está em curso mais um ataque ao SNS protagonizado pelo governo e pelo PS que, ao contrário do que afirmaram na campanha eleitoral, não terão uma governação com o objetivo de defender o SNS, mas sim continuar um caminho de financiamento dos grupos privados da saúde.

É, ainda, inaceitável que esta Portaria tenha sido publicada no dia em que o governo tenha tomado posse, assinada pelo anterior Ministro das Finanças, demonstrando um total desrespeito pelos órgãos eleitos.